Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais na Administração Pública



8 Horas | **250 €**

incurso
capital humano

Apresentação
A crescente digitalização dos serviços públicos exige a adoção de práticas consistentes de proteção de dados pessoais e de segurança da informação, assegurando a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade da informação tratada. Neste contexto, o cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), da Lei n.º 58/2019 e do enquadramento legal aplicável à cibersegurança assume particular relevância para a prevenção de riscos, a proteção dos direitos dos cidadãos e a continuidade dos serviços públicos.
A formação visa reforçar as competências dos trabalhadores e dirigentes da Administração Pública na aplicação dos princípios de proteção de dados, na resposta aos pedidos dos titulares e na prevenção, deteção e comunicação de incidentes de segurança. Através da análise de situações práticas, pretende-se promover comportamentos seguros, uma atuação adequada perante potenciais violações de dados pessoais e uma cultura organizacional de responsabilidade e conformidade.

Destinatários
Colaboradores em funções públicas, dirigentes e técnicos de serviços da administração central, regional e local, bem como de entidades do setor público empresarial, que, no âmbito da sua atividade, acedam a sistemas de informação ou tratem dados pessoais.

Objetivos Gerais
Desenvolver competências para aplicar os princípios e as obrigações fundamentais de proteção de dados pessoais e adotar práticas adequadas de segurança da informação, prevenção, deteção e reporte de incidentes no exercício de funções na Administração Pública.

Objetivos Específicos
No final da Formação os formandos deverão ser capazes de:

- Aplicar os princípios do tratamento e os fundamentos de licitude a tratamentos de dados pessoais do respetivo serviço;
- Responder a pedidos de exercício de direitos dos titulares dos dados, observando os requisitos de forma e os prazos legais;
- Adotar práticas de segurança adequadas no posto de trabalho, identificando as ameaças mais frequentes no contexto da Administração Pública;
- Reportar incidentes de segurança e violações de dados pessoais, de acordo com os procedimentos internos e os prazos legais aplicáveis.

Programa
Enquadramento jurídico e licitude do tratamento (02:30H)
Formadora: Patricia Macedo Alves

1. Conceitos essenciais de proteção de dados e enquadramento do RGPD e da Lei n.º 58/2019 nas entidades públicas;
2. A CNPD e o Encarregado de Proteção de Dados nas entidades públicas, as obrigações do responsável pelo tratamento em caso de violação de dados e o regime sancionatório;
3. Princípios do tratamento e fundamentos de licitude no exercício de funções de interesse público.

Direitos dos titulares e dever de transparência (01:30H)
Formadora: Patricia Macedo Alves

INCURSO, Capital Humano
NIF: 505 132 320
geral@incurso.pt

Avenida Conde de Margaride, 259 A | 4810-535 Guimarães | Portugal

Avenida da República, 45 | 1º Andar | Escritório 2 | 1050-187 Lisboa | Portugal

Inscrições
comercial@incurso.pt
+351 253 780 190
incurso.pt

Conteúdos Programáticos:

1. Direito de informação e políticas de privacidade;
2. Direitos de acesso, retificação, apagamento, limitação, oposição e portabilidade;
3. Articulação entre o direito de acesso a dados pessoais e o acesso a documentos administrativos.

Cibersegurança e boas práticas no posto de trabalho (02H)
Formador: Sérgio Cunha

Conteúdos Programáticos:

1. O Regime Jurídico da Cibersegurança e o papel do CNCS: implicações para as entidades públicas;
2. Ameaças mais frequentes: phishing, engenharia social, ransomware e roubo de credenciais;
3. Palavras-passe seguras, autenticação multifator e gestão de acessos segundo o princípio do menor privilégio.

Deteção e reporte de incidentes (02H)
Formador: Sérgio Cunha

Conteúdos Programáticos:

1. Distinção entre incidente de segurança e violação de dados pessoais;
2. Sinais de alerta, primeiras medidas a adotar e circuito interno de reporte e registo de incidentes;
3. Prazos de notificação à CNPD e ao CNCS.

Certificação
O Certificado Profissional da INCURSO é emitido no fim da formação através do Sistema de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO), na área criada especificamente para o registo das ações de formação não inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações, ao abrigo do n.º 6 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de Dezembro e Portaria n.º 474/2010, de 8 de Julho, ficando associado ao Passaporte Qualifica - Registo Individual de Competências do formando.

- No final do curso os formandos que obtiverem aproveitamento têm direito a um Certificado de Formação Profissional conforme legislação em vigor.
- Os formandos sem aproveitamento recebem uma Declaração de Frequência de Formação Profissional, na qual onde constará carga horária e módulos da formação.

INCURSO, Capital Humano
NIF: 505 132 320
geral@incurso.pt

Avenida Conde de Margaride, 259 A | 4810-535 Guimarães | Portugal

Avenida da República, 45 | 1º Andar | Escritório 2 | 1050-187 Lisboa | Portugal

Inscrições
comercial@incurso.pt
+351 253 780 190
incurso.pt